

# Perspectivas para 2004

**A MRI Worldwide, empresa norte-americana líder mundial em Executive Search a operar em Portugal, criou, como vem sendo hábito, mais um encontro para fomentar momentos de debate partilha entre governantes, empresários e gestores, de forma a poderem assim ser debatidos assuntos da actualidade.**

Estes encontros têm-se mostrado cruciais para aqueles que, em posição chave nas empresas, estão preocupados em viabilizar e fortalecer as suas empresas, sobretudo nestes momentos difíceis que o nosso país tem vivido. O primeiro destes encontros foi desenvolvido sob a temática do novo Código de Trabalho, em Lisboa e no Porto, no dia seguinte à aprovação na Assembleia da República. Este segundo encontro, onde esteve presente o deputado Jorge Neto (que integra a Comissão de Economia e Finanças responsável pela elaboração do OGE), foi subordinado ao tema "Perspectivas Económicas para 2004: Orçamento Geral do Estado". Confirmaram a presença mais de 100 quadros de direcção das empresas nacionais e multinacionais dos seguintes sectores de actividade: logística e distribuição; informática; grande consumo; automóvel; indústria; construção civil; hotelaria; farmacêutico; e saúde.

As notas gerais da intervenção de Jorge Neto foram positivas, ainda que apontem para um cenário de retoma consolidada somente em 2004. Também, segundo os dados da OCDE, já começamos a visualizar alguns indicadores de retoma para 2004, a "luz no fundo do túnel" por todos nós esperada, apontando o referido organismo para 2004 uma inversão estimada da tendência de recessão apresentada em 2003 e uma progressão de 1,5%.

Para melhor podermos antecipar os dias vindouros lancemos uma olhada sobre o enquadramento externo da nossa economia. Segundo Jorge Neto as "expectativas de recuperação da actividade económica nos EUA parecem consolidar-se; A economia japonesa, não obstante um crescimento superior ao esperado, parece ainda sofrer dos problemas estruturais no sector financeiro; Na UE, embora as expectativas apontem para uma recuperação económica, esta apenas deve iniciar-se no segundo semestre do ano corrente, para se consolidar gradualmente no decurso do próximo ano".

As expectativas vão no sentido de que a evolução da economia portuguesa tenderá para o seguinte cenário: pegando, ainda, nos dados da OCDE, a inflação deverá apresentar uma evolução descendente, sendo que este ano poderá atingir os 3,3%, baixar para 2,1% em 2004 e para 1,8 no ano seguinte. Também a taxa de desemprego deverá fixar-se nos 6,4% este ano e 6,5% em 2004 e em 2006. dará sinais de diminuição para os 6%. Também de acordo com Jorge Neto "o início da recuperação económica comporta graus de incerteza, mas estes parecem apontar sobretudo no sentido ascendente; Prevê-se uma moderada recuperação do consumo privado e da formação bruta do capital fixo; O consumo público deverá registar nova redução em termos reais, em resultado da política de contenção prosse-



Ana Teixeira

MRI Worldwide Portugal  
Managing Partner  
& Master Licensee

guida pelo Governo; A projecção para o crescimento real do PIB situa-se entre 0,5 e 1,5%; A evolução prevista no mercado do emprego sugere um crescimento ligeiramente positivo do emprego, mas a taxa de desemprego deverá registar ainda um agravamento, embora moderado; A taxa de inflação média anual deverá diminuir para um valor entre 1,5 e 2,5%; O PIB, no entanto, deverá registar um ritmo de crescimento inferior ao da média europeia, reflectindo a necessidade de continuação inadiável do processo de ajustamento interno; A projecção para o PIB está largamente dependente do crescimento real das exportações".

## Produtividade: uma questão de alma e atitude

Então o que podemos esperar da actualização do Governo e quais as ideias chave do OGE para 2004?

Para Jorge Neto "a ideia-chave será manter o rigor para garantir e fortalecer a retoma económica; Consolidar as finanças públicas; Mais despesa pública não contribui para a resolução de nenhum dos problemas com que se debate a economia Portuguesa; Ganhos resultantes da política de consolidação orçamental permitem concretizar a intenção de redução da taxa de IRC de 30 para 25%, importante para melhorar a competitividade fiscal e promover o investimento e as exportações; O défice orçamental deverá situar-se em 2,8% do PIB, implicando uma redução importante do défice ajustado dos efeitos do ciclo económico; A despesa corrente sem transferências de natureza social, fruto das medidas de contenção e de racionalização, assim como do efeito das medidas estruturais, aumentará menos que o crescimento

nominal do PIB; Em matéria de despesas de funcionamento, o Governo volta a apostar em forte contenção; Despesa de investimento implica reorientação para projectos com maior impacto no potencial produtivo da economia e adequa-se ao objectivo de garantir a execução de projectos co-financiados; Em termos sectoriais, foi dada especial prioridade aos investimentos na ciência e tecnologia, cultura, combate à fraude e evasão fiscais e desenvolvimento da Sociedade da Informação e do Governo Electrónico; A receita fiscal cresce 3,5%; Além da baixa da taxa do IRC, são aprovadas várias medidas no domínio da luta contra a fraude e evasão fiscais. Evolução da contabilidade nacional no sentido de redução de: défice global em 0,1 pontos percentuais do PIB; receita total em 0,3 pontos percentuais do PIB; despesa total em 0,4 pontos percentuais do PIB; despesa primária em 0,5 pontos percentuais do PIB; défice global corrigido do ciclo em 0,5 pontos percentuais do PIB".

Reforçando a ideia, os dados da OCDE admitem que "o défice público português



Jorge Neto, deputado

até poderá ficar ao nível dos 3% do PIB este ano, mas à custa de "transferências extraordinárias do fundo dos serviços postais".

Como todos sabemos as receitas extraordinárias são irremediáveis e não resolvem problemas de fundo.

"Não é o ideal mas permitem arranjar tempo para resolver os problemas de fundo", diz Jorge Neto, que concorda com o parecer da OCDE que diz que para inverter essa situação sugere-se que sejam implementadas "com determinação as reformas estruturais já aprovadas a fim de controlar as despesas públicas". Contudo, no meu entender, é preciso atender que, para além das medidas de natureza económica que vão com certeza criar um terreno mais fértil para o aumento da produtividade em Portugal e melhorar o estado da nossa economia, cabe-nos a todos nós, e especialmente a nós líderes, com o nosso exemplo, educar as nossas equipas e capital humano para mudar a atitude dominante que tem sido apanágio dos portugueses - salvo as devidas e honrosas excepções - face à vida, ao trabalho e ao país, porque produtividade é uma questão de atitude.

Diria mais: é uma questão de alma.